

**BALANCING, PROPORTIONALITY AND THE “ONE RIGHT ANSWER”
IN THE ARGUMENTATIVE PRACTICE OF THE BRAZILIAN SUPREME
COURT - SEVERAL PATHS TO NORMATIVE CORRECTION?**

THE CASE OF HATE SPEECH

Guilherme Scotti

Menelick de Carvalho Netto

**O DISCURSO COMO VITALIZADOR NA
NECROPOLITICA À LUZ DE ACHILLE MBEMBE**

Daniella Miranda Santos

Gabriel Torres da Silva Torres

Taís Haywanon Santos Maia

**RACISMO E CIDADANIA: O PROCESSO DE
VULNERABILIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO NEGRO NO BRASIL**

Karyna Batista Sposato

Danilo dos Santos Rabelo

**AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA E A IMPLEMENTAÇÃO
DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL**

Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

Icaro Jorge da Silva Santana

**JUÍZES FORA DO LUGAR DE FALA: UMA ANÁLISE
CONSTITUCIONAL DE DECISÕES JUDICIAIS RACISTAS**

Simone Alvarez

**DIREITOS FUNDAMENTAIS “GOELA ABAIXO”:
POLÍTICA AFIRMATIVA ÉTNICO-RACIAL E
HETERONOMIA JUDICIAL**

Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

Lucas Correia de Lima

Direito.UnB. Revista de Direito da Universidade de Brasília.
Programa de Pós-Graduação em Direito – Vol. 6, N. 1 (jan./abr. 2022) –
Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Direito.

Quadrimestral. 2022.

ISSN 2357-8009 (VERSÃO ONLINE)

ISSN 2318-9908 (VERSÃO IMPRESSA)

Multilíngue (Português/Inglês/Espanhol/Francês)

1. Direito – periódicos. I. Universidade de Brasília,
Faculdade de Direito.

CDU 340

Revista de Direito da Universidade de Brasília
University of Brasilia Law Journal

Revista vinculada ao programa de pós-graduação
em Direito da Universidade de Brasília

janeiro – abril de 2022, volume 6 , número 1

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Inez Lopes Matos Carneiro de Farias – Universidade de Brasília, Brasil

EDITORES

Daniela Marques de Moraes – Universidade de Brasília, Brasil

Evandro Piza Duarte – Universidade de Brasília, Brasil

Fabiano Hartmann Peixoto – Universidade de Brasília, Brasil

Gabriela Garcia Batista Lima Moraes – Universidade de Brasília, Brasil

Janaína Lima Penalva da Silva – Universidade de Brasília, Brasil

Marcelo da Costa Pinto Neves – Universidade de Brasília, Brasil

Othon de Azevedo Lopes – Universidade de Brasília, Brasil

Simone Rodrigues Pinto – Universidade de Brasília, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfons Bora - Universität Bielefeld. Alemanha

Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Ana Lúcia Sabadell – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Ángel Oquendo – Universidade de Connecticut, Estados Unidos

Emilios Christodoulidis – Universidade de Glasgow, Escócia

Francisco Maça Machado Tavares – Universidade Federal de Goiás, Brasil

Hauke Brunkhorst – Universität Flensburg

Johan van der Walt - University of Luxembourg, Luxemburgo

José Octávio Serra Van-Dúnem – Universidade Agostinho Neto, Angola

Johan van der Walt - University of Glasgow

Kimmo Nuotio – Universidade de Helsinque, Finlândia

Leonel Severo Rocha – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira – Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Masayuski Murayama – Universidade Meiji, Japão
Miguel Nogueira de Brito – Universidade Clássica de Lisboa, Portugal
Nelson Juliano Cardoso Matos – Universidade Federal do Piauí, Brasil
Paulo Weyl – Universidade Federal do Pará, Brasil
Olavo Bittencourt Neto – Universidade Católica de Santos, Brasil
René Fernando Urueña Hernandez – Universidad de Los Andes, Colômbia
Thiago Paluma – Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Thomas Vesting – Universidade Johann Wolfgang Goethe, Alemanha
Valesca Raizer Borges Moschen – Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Virgílio Afonso da Silva – Universidade de São Paulo, Brasil

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Cleiton Pinheiro Viana – Universidade de Brasília, Brasil

EQUIPE DE REVISÃO

Antônio Luiz Fagundes Meireles Júnior - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Alessandra Brustolin - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil
Camilli Meira Santos Silva - Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil
Fernanda de Holanda Paiva Nunes - Centro de Ensino Unificado de Brasília, Brasil
Ida Geovanna Medeiros da Costa - Universidade de Brasília, Brasil
Jackeline Caixeta Santana - Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Lívia Cristina dos Anjos Barros – Universidade de Brasília, Brasil
Maísa Conceição Lobo - Universidade de Brasília, Brasil
Pedro Henrique Monteiro de Barros da Silva Neto - Universidade de Brasília, Brasil
Raique Lucas de Jesus Correia - Universidade Salvador, Brasil

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Ida Geovanna Medeiros da Costa - Universidade de Brasília, Brasil
Lívia Cristina dos Anjos Barros – Universidade de Brasília, Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Inez Lopes - Universidade de Brasília, Brasil

ASSISTENTE

Kelly Martins Bezerra – Universidade de Brasília, Brasil

DIREITO.UnB

Revista de Direito da Universidade de Brasília
University of Brasilia Law Journal

V. 06, N. 01

Janeiro – Abril de 2022

SUMÁRIO

NOTA EDITORIAL Inez Lopes	11
AGRADECIMENTOS Inez Lopes	16
BALANCING, PROPORTIONALITY AND THE “ONE RIGHT ANSWER” IN THE ARGUMENTATIVE PRACTICE OF THE BRAZILIAN SUPREME COURT - SEVERAL PATHS TO NORMATIVE CORRECTION? THE CASE OF HATE SPEECH Menelick de Carvalho Netto Guilherme Scotti	19
O DISCURSO COMO VITALIZADOR NA NECROPOLÍTICA À LUZ DE ACHILLE MBEMBE Daniella Miranda Santos Gabriel Torres da Silva Torres Taís Haywanon Santos Maia	39
RACISMO E CIDADANIA: O PROCESSO DE VULNERABILIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO NEGRO NO BRASIL Karyna Batista Sposato Danilo dos Santos Rabelo	55
AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFBA E A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus	77

Icaro Jorge da Silva Santana

JUÍZES FORA DO LUGAR DE FALA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL
DE DECISÕES JUDICIAIS RACISTAS 97

Simone Alvarez

DIREITOS FUNDAMENTAIS “GOELA ABAIXO”: POLÍTICA AFIRMATIVA
ÉTNICO-RACIAL E HETERONOMIA JUDICIAL 117
Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus
Lucas Correia de Lima

AGRADECIMIENTOS

A presente edição é fruto do trabalho coletivo, que envolve organização, planejamento, foco e realização. A engenharia operacional da Revista Direito.UnB envolveu professores de diversas instituições de ensino superior, estudantes, técnicos e estagiários. A Revista Direito.UnB agradece a todas e todos pela colaboração ímpar.

A Revista Direito.Unb agrade pela dedicação, oportunidade e colaboração para a produção e divulgação do conhecimento.

Gratidão!

O DISCURSO COMO VITALIZADOR DA NECROPOLITICA À LUZ DE ACHILLE MBEMBE

DISCOUSE AS A VITALIZER OF NECROPOLITICA IN THE LIGTH OF ACHILLE MBEMBE

Recebido: 02/02/2021

Aceito: 22/04/2022

Daniella Miranda Santos

Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade pelo PPGMLS da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

E-mail: damiranda@uneb.br.

 <https://orcid.org/0000-0002-2140-0850>

Gabriel Torres da Silva Torres

Graduando do Curso de Direito pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB

E-mail: gtstorres08@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9963-2873>

Taís Haywanon Santos Maia

Graduanda do Curso de Direito pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB

E-mail: taishsmls@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7986-1852>

RESUMO

Muito se tem discutido acerca da importância da intervenção estatal por meio de políticas públicas e qual a sua relevância no cenário desigual figurado em países neoliberais em momentos de crise. Escancarando disparidades, a pandemia do covid-19 apresenta-se como verdadeira face da ineficiência do sistema neoliberal, em que pese a subalternização de vidas em prol do capital financeiro. É fazendo uma análise à luz do filósofo Achille Mbembe e seus estudos sobre teorias foucaultianas que perpassamos sobre a influência da memória do discurso quando promovida por autoridades e suas influências na existência da necropolítica. Como objeto busca-se entender as raízes da necropolítica como sistema de gestão e o seu grau de influência, perquirindo o perfil dos reais atingidos, além de analisar de que modo a pandemia do covid-19 evidencia discursos embasados no conceito de Mbembe. O método de abordagem escolhido para a produção da pesquisa científica foi o dedutivo e o método de procedimento, histórico, com auxílio metodológico da análise política dos discursos. O artigo tem natureza aplicada, quanto ao seu nível de profundidade é explicativo, ancorada pela técnica de pesquisa bibliográfica no que se refere à fundamentação teórica. Concluiu-se que o discurso



Este é um artigo de acesso aberto licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações Internacional 4.0 que permite o compartilhamento em qualquer formato desde que o trabalho original seja adequadamente reconhecido.

This is an Open Access article licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License that allows sharing in any format as long as the original work is properly acknowledged.

consiste em importante aparelho de legitimação de vontades do Estado fomentando assim a necropolítica.

Palavras-Chave: Necropolítica; Discurso; Achille Mbembe; Michel Foucault; Covid-19.

ABSTRACT

Much has been discussed about the importance of state intervention through public policies and its relevance in the unequal scenario in neo-liberal countries in times of crisis. Wide-open disparities, the covid-19 pandemic presents itself as a true face of the inefficiency of the neoliberal system, despite the subordination of lives in favor of financial capital. It is through an analysis in the light of the philosopher Achille Mbembe and his studies on Foucauldian theories that we go over the influence of the memory of discourse when promoted by authorities and its influences on the existence of the necropolitics. As an object, we seek to understand the roots of necropolitics as a management system and its degree of influence, investigating the profile of the reals affected, in addition to analyzing how the covid-19 pandemic shows speeches based on the Mbembe concept. The method of approach chosen for the production of scientific research was deductive and the method of procedure, historical, with methodological assistance from the political analysis of the speeches. The article has an applied nature, as its level of depth is explanatory, anchored by the technique of bibliographic research with regard to the theoretical foundation. It was concluded that the speech, consists of an important apparatus to legitimize the will of the State, thus fomenting necropolitics.

Keywords: Necropolitical; Speech; Achille Mbembe; Michel Foucault; Covid-19.

1. Introdução

Muito se tem discutido acerca da importância da intervenção estatal por meio de políticas públicas e qual a sua relevância no cenário desigual figurado em países neoliberais em momentos de crise. Escancarando disparidades, a pandemia do covid-19 apresenta-se como verdadeira face da ineficiência do sistema neoliberal em que pese a subalternização de vidas em prol do capital financeiro.

Foi após análise do supracitado que o filósofo, historiador e teórico político Achille Mbembe desenvolveu o conceito de Necropolítica, baseando-se na teoria do também filósofo Michael Foucault, sobre a biopolítica/biopoder, que discorre acerca das formas de controle que acabam disciplinando o corpo dos indivíduos. Mbembe, aprofundando a análise, escreveu o livro “NECROPOLÍTICA”, elucidando que, para ele, o referido controle dos corpos é muito mais cruel do que como realmente se apresenta, pois determina como as pessoas irão viver e morrer, e quem serão essas vítimas.

Não raro toma-se conhecimento através da mídia acerca das mais diversas

questões que cerceiam as minorias sociais, para Mbembe, se tornou aceitável que certos corpos se tornem descartáveis, corpos esses específicos. No cenário nacional, durante o processo histórico, algumas manifestações foram professadas por pessoas de influência, sendo dessa forma, reproduzidas por diversos grupos sociais, o que deu ensejo a retirada de humanidade de certos grupos através da depreciação da pessoa, tal situação pode ser exemplificada no momento em que o atual líder do executivo, o presidente Jair Bolsonaro, ao conceder um discurso público explanou que “as minorias têm que se curvar para as majorias.” (Bolsonaro, 2017). Tais questões se acentuaram no cenário hodierno em virtude da pandemia do covid-19, incitando à reflexão: Até que ponto o discurso governamental do Presidente Jair Bolsonaro está intrinsecamente relacionado a efetividade da necropolítica no Brasil em tempos de pandemia, e como afeta as minorias sociais?

Como objeto principal, busca-se entender as raízes da necropolítica como sistema de gestão e o seu grau de influência na modernidade, perquirindo o perfil dos reais atingidos por tal política, além de analisar de que modo a pandemia do covid-19 evidencia discursos embasados no conceito de Mbembe, afetando, dessa forma as classes mais fragilizadas do corpo social.

De certo que o covid-19 não discrimina em sua propagação, a contaminação independe de raça, classe, gênero ou orientação sexual. Não obstante, as medidas aplicadas pelos governos e suas sociedades podem agir de modo a produzir práticas de distinção, é dessa forma que o estudo da necropolítica pode auxiliar no entendimento do porquê alguns grupos sociais se mostram mais vulneráveis em relação a outros.

Vale afirmar que as posições sociais hierarquizam as oportunidades de classe em dimensões “clássicas”: o econômico, o cultural e o social, conceituadas por Pierre Bourdieu como práticas de distinção. Tal fator nos remete à acreditar que mesmo a parcela da classe popular com distinto capital cultural está subjugada a norma e valores prevalecentes. Os sujeitos subjugados estão subordinados às implicações imperativas do âmbito de produção ideológica hegemônica. Carece-lhes capital escolar, elucida Bourdieu, o que culmina em um senso comum que legitima a atuação da necropolítica, pois para as classes dominantes a compreensão concreta do mundo é a sua própria forma de ver a vida. As dimensões trazidas pelo autor perpassam na formação do indivíduo e agem de modo a formar juízos de valor que eventualmente podem desencadear no sistema do conceito científico por Mbembe.

A Organização Mundial de Saúde determinou que, com a falta de uma vacina, o isolamento social seria a única maneira eficaz de conter a propagação desenfreada do vírus. Tal fator só é possível a partir de uma quarentena coletiva, no entanto, a estrutura

social que figura países ‘contaminados’ pela desigualdade, aliados a negligência estatal, faz com que se manter em quarentena se torne um privilégio de classe, visto que o isolamento social pressupõe a necessidade à ofícios não essenciais de laborar em casa. Desse modo, tornou-se pertinente tratar acerca do tema dado que pertence ao cenário hodierno.

2. Autor, Obra e Reflexos Sociais da Teoria

Foi após profundas análises sociológicas a respeito de como a desigualdade social e os conceitos de raça e classe afetam a posição do Estado ante aos seus cidadãos, que surgiu o termo necropolítica. O estudo que tem como originário o filósofo, teórico político, historiador e intelectual camaronês Achille Mbembe, parte da conjectura que analisa o fato a respeito do Estado possuir ou não “licença para matar” em prol de um discurso de ordem. (Mbembe, 2011)

A teoria de Mbembe garante pressuposto de que o discurso é um instrumento de poder que é capaz de alienar massas, ocasionando dessa forma em certos momentos históricos diversos massacres, situações de opressão e regimes totalitários, sejam eles remotos ou contemporâneos, legitimados por discursos políticos de líderes muitas vezes com características ufanistas. (Mbembe, 2011)

A pesquisa é inspirada no filósofo e teórico social francês Michel Foucault, o qual defende que as técnicas de poder em uma sociedade funcionam de modo multilateral, o que ocasionou práticas autoritárias de segregação e controle de indivíduos, pois:

O poder opera de modo difuso, capilar, espalhando-se por uma rede social que inclui instituições diversas como a família, a escola, o hospital, a clínica. Ele é, por assim dizer, um conjunto de relações de força multilaterais (Foucault, 1999).

É partindo de todo o supracitado que o autor cria o termo biopolítica, que se refere à força de controle de grandes populações, e biopoder que corresponde aos “aparelhos” de poder que administram e controlam massas através de instituições validadas socialmente. (Foucault, 1999)

Tais expressões servem de grande fundamento para embasar a pesquisa de Mbembe, que define necropolítica como sendo o poder do Estado de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Tendo como base o “biopoder” e os instrumentos de controle social, a permissividade do indivíduo que morre passa a ser aceitável socialmente, no entanto, não a todos os corpos, somente àqueles que vivem em constante perigo de

morte pelo fator primordial da raça, aliado a desigualdade social.

Mbembe influi que, com o vocábulo “necropolítica” sua proposta era demonstrar que não só no cenário hodierno, como também durante todo o perpassar histórico, houveram estruturas trajadas de formas contemporâneas de vida, cujo objetivo é ceifar grupos sociais pertencentes à minoria com a justificativa de que determinados grupos representam uma espécie de “inimigo social” que deve ser exterminado para a segurança do “cidadão de bem”. A definição de tais grupos minoritários geralmente, segundo o autor, se deve em razão das diversas faces do racismo. (Mbembe, 2011)

Todo o supracitado pode ser analisado no plano fático nacional, tendo como premissa que em diversos momentos da história discursos políticos foram responsáveis por tirar a humanidade de grupos sociais, um desses momentos foi a Ditadura Militar ocorrida no Brasil durante os anos de 1964-1985 que resultou em mortes e corpos desaparecidos por divergências ideológicas e políticas autoritárias, todas promovidas e legitimadas através do discurso.

Além disso, em cenário nacional pode-se citar como fator primordial para diversas desigualdades o processo de 300 anos escravidão, momento em que houve a precarização e desumanização de indivíduos, os quais não eram vistos como seres humanos, mas sim como mercadoria, tudo em vista da cor da pele.

Indo na mesma direção da marginalização de pessoas, ainda hoje existem discursos que fomentam o fato de que vidas podem ser tiradas em prol da alta criminalidade em locais subalternizados, a exemplo pode-se citar a guerra às drogas promovida pelo Estado. No sistema carcerário, vidas que não são ceifadas representam a mesma estrutura social.

Cabe também a análise das consequências fáticas do termo criado, por Mbembe, ao explorar o cenário contemporâneo nacional da pandemia do Covid-19 atrelado a política de gestão utilizada pelo Presidente da República Jair Bolsonaro. Sendo o Brasil um país desigual, onde, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apenas 41,5% dos municípios brasileiros eram contemplados por um Plano Nacional de Saneamento Básico em 2017, sabe-se que para se efetivar orientações de prevenção instituídas pela Organização Mundial da Saúde de isolamento social e higiene das mãos nos referidos locais se faz necessário que existam políticas públicas que visem atender a necessidade de tais populações. (IBGE, 2017)

No entanto, a política gerida em território nacional vai de encontro a toda e qualquer possibilidade de estado de bem-estar-social, dado que, para que haja o cumprimento da mais efetiva medida de prevenção é necessário que exista a possibilidade de trabalhar em casa, como garantia do isolamento, porém, tal fator não é possível para parte mais vulnerável da população, que praticam atividades que geralmente não poderiam ser executadas a distância, não tendo também, recursos para tal.

A COVID-19 tem gerado, portanto, o agravamento de uma crise já existente e sem um concreto amparo estatal, já que, o discurso utilizado pelo chefe do executivo é de que

o vírus não passa de uma “gripezinha”, e que explanou *ipsis litteris*:

O maior remédio para qualquer doença é o trabalho. (...) Não podemos agir dessa maneira irresponsável. (...) Vão quebrar o Brasil por conta do vírus? (Bolsonaro, 2020)

Em contrapartida, segundo o veículo de notícias CNN, com base em boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, a cada dez brancos que morrem vítimas da Covid-19 no Brasil, morrem 14 pretos e pardos, que em sua soma, representam os brasileiros negros. Todo o supracitado serve de modo a legitimar de maneira sociológica e contemporânea, além de exemplificar o significado do termo criado por Mbembe, visto que, as noções de necropolítica ajudam a compreender a dinâmica de Estado e do “discurso de morte”, como sendo algo razoável e necessário para a garantia de uma efetiva seguridade social.

3. A Relação de Raça, Classe e Necropolítica

O teórico político Achille Mbembe tem como uma de suas bases de estudo países africanos e é a partir disto que ele traça a correlação existente entre colônia e metrópole. Desde os primórdios, os colonizadores sempre agiram com violência para buscar se impor sobre os colonizados, em especial no continente africano. E é desde essa colonização racista que nos foi colocado o corpo preto como algo inferior.

Para a filósofa Judith Butcher há sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há vidas que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas. Sendo assim, o processo de escravização dos povos africanos é justificado a partir da ideia de que essas pessoas eram vistas como selvagens e não civilizadas e por tanto como o poder soberano os viam apenas como mão de obra, não os reconheciam como sujeitos com vida. (BUTHER, 2015)

Como já dito, para Achille a visão de biopoder traçada por Foucault, como o meio dos estados modernos controlarem e regularem os corpos dos sujeitos é muito mais cruel do que estava visto, não era suficiente para elucidar os meios de dominação na sociedade contemporânea. Se baseando no racismo e na violência do Estado, a necropolítica determina como as pessoas irão viver e morrer e quem serão as pessoas que poderão morrer. (MBEMBE, 2016)

Ao fazer uma breve análise do atual cenário político brasileiro podemos notar como as ações dos governantes são justificáveis a partir da necropolítica e como essa está

diretamente relacionada com questões raciais e sociais, como o racismo o genocídio da população negra e periférica. Mbembe faz uma distinção entre civilizados e selvagens, onde a violência e a morte são tratadas de formas completamente diferentes. Como se a violência e a morte fossem legitimadas em certas circunstâncias, áreas e para determinadas pessoas, enquanto para outras fossem repudias.

Com isso, Achille nos apresenta a expressão cidade do colonizado, que é perfeitamente conceituado pelo psiquiatra Frantz Fanon (1968):

Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade: acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes

Fazendo um paralelo com o Brasil, a partir do conceito de Fanon, a cidade do colonizado nada mais é do que as favelas e periferias, as quais as pessoas que ali vivem são em sua maioria negras e pobre e por uma elite branca os julgam como marginais e não civilizados, os quais possuem corpos descartados que a qualquer momento podem e devem ser retirados do convívio social por um Estado racista.

O corpo preto sempre foi visto como descartável. Seja no período colonial, seja nos dias atuais. Vivenciamos no Brasil um genocídio da população preta e pobre, em uma guerra contra as drogas que mais mata do que apreende drogas, em ações extremamente violentas em que crianças são assassinadas por policiais dentro de suas casas ou a caminho da escola.

É a vivência diária com o medo e o terror. É a certeza de que seu corpo, sua pele, é uma visão inimiga para o Estado, Estado este que deveria garantir uma vida digna, segurança e tantos outros direitos que são deslegitimados por um sistema racista e opressor.

A necropolítica é usada no Brasil como uma política de morte ou que faz o uso da morte para deixar a sociedade como deseja. A polícia que mais mata, é a polícia que mais morre. Segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública o número de vítimas em decorrência de intervenções policiais cresceu quase 20%. Foram 6.220 pessoas assassinadas, sendo que 11 a cada 100 mortes violentas intencionais foram provocadas por policiais. De todo o montante de vítimas, pessoas negras representa 75,4%. (FBSP, 2019)

Ainda de acordo com o anuário, enquanto o número de pessoas não negras assassinadas cresceu 3,3%, o de pessoas negras cresceu quase 10 vezes mais (33,1%).

Essa violência é vivida durante toda a vida da população negra, jovens negros estão mais propícios à violência letal do que jovens brancos, a chance é 2,7 vezes maior. (FBSP, 2019)

Quando não são assassinados, são encarcerados. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), 64% dos presos são pretos e pardos. Com isso podemos notar que o perfil da população carcerária brasileira mostra a seletividade das prisões no Brasil. Isso é reflexo de uma política de exclusão histórica. (INFOPEN, 2014)

Quando o presidente Jair Bolsonaro em meio a uma pandemia de um vírus altamente contagioso diz que “o Brasil não pode parar por 5 ou 7 mil pessoas que vão morrer” ou quando um elite branca clama pela retomada da economia mesmo a maiores referências da saúde dizendo que o isolamento social é o único meio de conter o contágio desenfreado do vírus podemos ver como certas pessoas são tratadas como total descaso, estamos falando de vidas e não apenas números. É importante fazer o recorte de qual o perfil das pessoas que estarão aglomeradas em ônibus e metrô, qual delas estará mais propício ao contágio e quem é que terá mais meios de cuidar da saúde.

A pandemia do COVID-19 veio como mais um meio de fortalecer a política de morte contra a população negra e pobre, pois enquanto ricos compram seus próprios respiradores e permanecem dentro de suas casas colocando seus empregados – pretos ou pobres – para trabalhar a classe trabalhadora está diariamente se expondo ao vírus e morrendo nos leitos de hospitais públicos.

3.1 O Efeito da Necropolítica em Tempos de Pandemia

Desde que foi decretada a pandemia do Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde, autoridades da área recomendaram o isolamento social e a quarentena como único meio eficaz para a não disseminação em massa do vírus. No entanto, sabe-se que por questões fáticas, em um país desigual, a quarentena se torna inviável para a subsistência de trabalhadores de menor poder aquisitivo.

Países desenvolvidos adotam medidas que visam garantir o bem estar e segurança de seus cidadãos, pode-se utilizar como exemplo o governo francês que, em pronunciamento oficial, determinou a suspensão da cobrança de impostos, de contas de água, gás e aluguéis entre outras medidas econômicas de urgência destinadas a superar a crise agravada pela pandemia do coronavírus. Além disso, o presidente Emmanuel Macron também comunicou a criação de um fundo estatal para que os impactos da pandemia fossem minimizados.

Em contrapartida, o governo Bolsonaro vem negligenciando cada vez mais o bem estar do cidadão brasileiro. Com uma política negacionista, se mostrou desacreditado da gravidade do vírus inúmeras vezes em declarações dadas à mídia e em pronunciamento

oficial (24/03/2020), como nota-se em recorte da fala a seguir:

Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhe-se pelo nosso país (...) Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos (...) No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho. (Bolsonaro, 2020)

Como medida de emergência, indo de contramão as falas negacionistas do presidente, o Governo Federal anunciou uma proposta de auxílio emergencial no valor de R\$ 200,00 para as pessoas que se encontravam desempregadas, no entanto ao chegar no Senado tal proposta foi negada e só após um mês do primeiro caso registrado no país foi aprovado no valor final de R\$ 600,00 medida está que se tornou essencial ao trabalhador, mas ineficaz diante da pesquisa apresentada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que constatou um aumento de 12,68% no valor da cesta básica. (Dieese, 2020)

Com a dificuldade de acesso ao auxílio e prejudicialidade legislativa para o trabalhador, a quarentena tornou-se objeto luxo em território nacional, visto que, segundo o Biomédico Jonathan Vicentt, o home office é um privilégio para trabalhadores informais, como por exemplo, camelôs e faxineiras. Concluindo assim, que uma desigualdade histórica e estrutural não pode ser reparada com a garantia de direitos tão escassos.

4. O Discurso como Instrumento de Poder

Como já dito, o discurso é um instrumento que tem o poder de alienar massas e legitimar comportamentos individuais que incidem no cotidiano coletivo. O filósofo inglês, Thomas Hobbes identifica no conjunto teórico-político o discurso como sendo fonte de legitimação racional do poder repressivo e moralizador do Estado, centrado na finalidade de pacificação e segurança (SANTOS, 2000); no Brasil, o analisado pode justificar a comoção nacional diante de um possível “salvador da pátria” que surgiu, nas palavras do historiador Marco Antônio Villa, como “um fenômeno sociológico eleitoral, produto do desgaste com a política”.

Desse modo, faz-se uso da memória coletiva ao retroceder buscando momentos em que circunstâncias como tais antecederam regimes cujo a maior característica se dava como a ascensão do fascismo, aliado a necropolítica. Consequência atribuída a uma expectativa utópica dada a um possível líder orientador das massas que sane as problemáticas sociais.

Todo o supracitado pode ser analisado em uma perspectiva sociológica ao identificarmos discursos ufanistas advindos de grandes líderes nacionais, que utilizam o discurso como método de dominação de massa, segundo o filósofo Max Weber, tal fator se define como:

Uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (mandado) do dominador ou dos dominadores quer influenciar as ações de outras pessoas (do dominado ou dos dominados) e de fato influência de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (obediência). (WEBER, 1999: 191)

A legitimidade, dessa forma, se encontra como um método de dominação, que se apoia no princípio da validade, dando assim, credibilidade ao discurso. Fazendo um recorte no período da crise sanitária do covid-19, diversos foram os discursos do atual presidente da República Jair Bolsonaro, que negligenciou a vida de diversas pessoas através de falas repletas de características que são definidas por Mbembe como o discurso da necropolítica.

Um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio, comprovou que pretos e pardos morreram por covid-19 mais do que brancos no Brasil e que os pobres são atingidos de forma mais violenta por conta da dificuldade de acesso a saúde de qualidade, paralelo a isso, o Chefe do Executivo desdenha e banaliza a vida dos cidadãos em falas como “O brasileiro tem de ser estudado, não pega nada. O cara pula em esgoto, sai, mergulha e não acontece nada.” (Bolsonaro, 2020). Como consequência, a população cada vez mais descredibiliza problemas sociais e banaliza mortes por garantir o aval do personagem social que as deveria combater.

A política da morte é usada de forma velada pelo poder executivo em seus discursos que são tratados como forma de governo, fazendo com que parte da população haja de modo a lidar tais explicações as pondo em prática simplesmente por serem transmitidas por indivíduo passível de credibilidade. Os dados já mostram quem são as pessoas que estão mais propícias a morrer por conta do coronavírus enquanto o líder do Poder Executivo foge de questionamentos sobre a crescente taxa de óbitos usando como argumento “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.”

Ademais, ao trazer a discussão para o plano fático em tempos de pandemia, nota-se a influência do discurso não apenas no fator do isolamento social, como também no negacionismo científico utilizado de maneira velada ao fazer alusão a produção de vacinas, sua eficácia e sua origem. As disputas ideológicas pautam o avanço da vacina e a situação se acentua no momento em que o negacionismo é propagado por pessoas de grande influência no cenário nacional, desestimulando assim os cidadãos.

Nas mais variantes mundiais podemos identificar porta-vozes do discurso

negacionista em agentes do alto escalão social como presidentes, primeiro ministro de países e líderes religiosos. Na prática discursiva a diagnose da questão minimiza e contrapõe fatos cientificamente comprovados e a gravidade da pandemia na vida da população, os enunciados vão de constatações que as medidas de prevenção, tais como o isolamento, são histeria da mídia ou conspiração da oposição

Todavia, nota-se que as consequências desse impacto são projetadas sobre a população e comunidades mais vulneráveis. Ao analisar os impactos discursivos de autoridades, o Grupo de Pesquisa “Discursos, redes sociais e identidades sócio-políticas” da UFRJ, estudou a fala da maior autoridade do Brasil ao longo de toda a pandemia:

Práticas discursivas do presidente brasileiro são um exemplo das adaptações do discurso no caminho da negação da pandemia: fantasia quando ainda não havia mortes no país; histeria quando apareceu a primeira morte; gripezinha quando tinha 11 mortes; medinho ao alcançar 202 mortes; está indo embora quando se chegou a 1.230 mortes; não sou covreiro com 2.588 mortes; E daí? Lamento, quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagres quando questionado sobre o crescimento para 5.083 mortes; chegou no limite, não tem mais conversa com 6.759 mortes; organização de um churrasco para 3.000 pessoas no Palácio da Alvorada que foi substituído por um passeio de jet-ski no lago Paranoá quando o país atingia 10.627 mortes; o desemprego, a fome e a miséria serão o futuro daqueles que apoiam a tirania do isolamento total no dia em que o número de mortes chegava a 15.662; quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda tubaína debochando os críticos à sua campanha de flexibilizar o uso de cloroquina quando o país superou 1.100 óbitos num dia, alcançando o total de 17.971 mortes; qualquer negócio é Covid, supondo que os governadores estariam alterando dados para aumentar o número de infectados no dia em que 32.568 pessoas haviam morrido em decorrência do vírus. E no dia em que a quantidade de pessoas mortas no Brasil chegou a 34.021, superando a Itália e alcançando recordes diários nos registros, o governo apagou de sua plataforma digital todos os números consolidados sobre o avanço da Covid-19, como o número total de pessoas infectadas, o número de óbitos e a curva de evolução da doença desde que foi registrado o primeiro caso no país, em fevereiro. Sobre este fato, Bolsonaro alegou que a acumulação de dados, além de não indicar que a maior parcela já não está com a doença, não retratam o momento do país. No dia 11 de junho, quando o Brasil alcançava o registro de mais de 40 mil óbitos, durante a live realizada semanalmente via Twitter, alegou que poderia haver uso político dos dados sobre a pandemia e pediu a seus apoiadores: se tem um hospital de campanha perto de você, dá um jeito de entrar e filmar. Muita gente está fazendo isso, mais gente tem que fazer para mostrar se os leitos estão ocupados ou não. (Roamano, Uema, Santos, Ferreira, Feitosa. 2020)

Segundo uma pesquisa do Instituto Real Time Big Data, encomendada pelo

veículo de notícias CNN, 46% dos brasileiros afirmaram que não tomariam a vacina de origem chinesa. Estatísticas como essas são reforçadas no âmbito da opinião popular no momento em que, ao dar uma entrevista, o líder do executivo, presidente Jair Bolsonaro declarou que não iria tomar a vacina contra a covid-19 e defendeu de modo reiterado a não obrigação de uma imunização generalizada.

Segundo o virologista Romulo Neris,

As fake news associadas à saúde acabam contribuindo para a formação de uma opinião pública que não é cientificamente embasada. É um risco muito grande, porque esse tipo de desinformação é capaz de não só causar danos à sociedade, mas também matar. Não há nenhum indício de que vacinas possam apresentar malefícios a longo prazo. (NERIS, Rômulo. 2020)

O negacionismo foi uma arma fundamental para trazer sequelas inexplicáveis durante o enfrentamento a pandemia, fomentado diariamente pelo presidente da República, o descrédito da ciência e banalização da pandemia nos custou mais de 200 mil vidas até o dia de hoje, deixando o Brasil em segundo lugar no ranking de mortes do mundo.

A corrente do negacionismo é danosa e vem sendo promovida por anos através de políticas de sucateamento de instituições públicas de pesquisa, fazendo com que a sociedade constantemente conteste os valores de produções acadêmicas, ocasionando assim em um descrédito dessas instituições e elevando o senso comum ao mesmo patamar da ciência, situação essa que está intimamente ligada ao poder e alcance do discurso.

A necropolítica é usada como instrumento de uma política do deixar morrer, de negar o processo de extermínio aplicado a certos grupos minoritários, fazendo como que esses fiquem a mercê da sociedade em situação de miséria e desproteção. E é notório a demora das autoridades em tomar medidas que protejam os mais vulneráveis, no entanto vemos que a vida para eles não são tão importantes assim, pois o discurso sempre é voltado para o capital. Como disse o presidente Jair Bolsonaro, a economia não pode parar. E são nessas atitudes, que podemos observar como a necropolítica está intrínseca nessa forma de governo, nos mostrando que certas vidas valem mais do que outras.

Ao fazer uma análise social através da perspectiva foucaultiana, Mbembe embasa tais comportamentos sociais como sendo uma ferramenta constituída no biopoder, que tem como um de seus dispositivos de controle de massas no discurso, que é capaz de validar políticas, legitimar condutas e estabelecer preceitos de razoabilidade para ceifar vidas.

5. Conclusão

Dessa forma, conclui-se que o discurso, mesmo em sistemas democráticos, consiste em importante aparelho de legitimação de vontades do Estado, agindo dessa forma, a fomentar a necropolítica em momentos de crises sociais e sanitárias.

Identificar que o poder da retórica tem papel substancial para que ainda hoje o genocídio da população negra exista de forma linear e normalizada diante da população nacional, seja em momentos de crise sanitária ou de “estabilidade social” é de fundamental importância para que se perceba a práxis presente na base de tais comportamentos sociais. É indeclinável que haja a percepção de que prévio a prática, existe uma narrativa ratificada.

O Estado que deveria garantir a efetivação dos direitos essenciais, é o mesmo que banaliza a morte de certa parte da população e desacredita da letalidade do vírus. A política da morte vem cada vez mais efetivada na nossa sociedade, moradores da periferia precisam lidar com o vírus e com a violência armada do Estado, como apontam relatos de moradores das maiores favelas do estado do Rio de Janeiro, que necessitaram interromper distribuição de cestas básicas por conta de operações policiais truculentas. O pobre tem mais medo de morrer nas mãos daqueles que deveriam garantir segurança pública do que da letalidade do covid-19.

O Brasil é o reflexo do período da escravidão e a política da morte é articulada desde então, os corpos pretos e pobres são vistos como corpos matáveis e descartáveis, por um Estado ufanista e autoritário. Ao banalizar a seriedade da situação apenas dizer que “alguns vão morrer”, fica evidente a política cruel e premeditada em relação aos mais vulneráveis, pois como os dados demonstram as pessoas pobres estão mais sujeitas a serem acometidas e vir óbito por conta do coronavírus.

A oferta da Mbembe com base no conceito de Necropolítica amplia o pensamento de Foucault sobre o posicionamento e exercício do poder no nível de vida. Como disse Foucault, o poder é uma ação contra a outra parte, que se exerce em nível de morte, tem a possibilidade de que qualquer um pode ter soberania e determinar a morte da outra parte. Essa mudança de abordagem conceitual merece ser mais aguda, pois nos permite entender as mudanças contemporâneas no mapa do poder.

Logo, dispõe-se que o discurso é agente fundamental para a legitimação de diversos comportamentos sociais que influem na política da morte, tendo ainda mais credibilidade quando vindos de personalidades que detém um certo prestígio social pelo cargo que ocupa. A necropolítica, aliada ao discurso como mecanismo do biopoder contribui de modo internalizar práticas socialmente destrutivas destinadas a alguns grupos.

Referências

- BERTOLINI, J. **O conceito de biopoder em Foucault. Apontamentos bibliográficos.** Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, v. 18, n. 3, 18 dez. 2018.
- BRASIL. **Sistema Carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>
- BUTLER, Judith. *Marcos de Guerra: las vidas lloradas.* Buenos Aires: Paidós, 2015
- CARVALHO, Julia. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>. Acesso em 17/09/2020
- Dantas, S., Ferreira, L., & Veas, M. P. B. (2017). **Um intérprete africano do Brasil: Kabenguele Munanga.** Revista USP, (114), 31-44. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i114p31-44>
- DIWAN, Pietra. *Raça Pura. Uma História da Eugenia no Brasil e no mundo.* São Paulo: Contexto, 2007.
- FANON, F. **Os condenados da terra.** Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *Anuário brasileiro de segurança pública.* Ano 13. São Paulo, 2019.
- Foucault, M. (2008a). **Nascimento da biopolítica.** São Paulo, SP: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.
- FURTADO, Rafael. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault – Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003. Acesso em 17/09/2020.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. Disponível em: <https://www.saneamentobasico.com.br/pesquisa-ibge-mostra-relacao-saude-saneamento/>. Acesso em 17/09/2020
- M'BEMBE, Achille. **Necropolítica.** Rio de Janeiro: Cidades e Ensaios, 2016
- Mbembe, A. (2014a). **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona.

Romano et al (2020). **“Uma gripezinha”**: A análise política do discurso negacionista. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/uma-gripezinha-a-analise-politica-do-discurso-negacionista/> Acesso em 17/09/2020/

VANNUCHI, Camilo. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/camilo-vannuchi/2020/04/30/a-pandemia-de-covid-19-segundo-bolsonaro-da-gripezinha-ao-e-dai.htm?cmpid=>. Acesso em 17/09/2020/

WEBER, Max (1999). **Sociologia da Dominação**. In Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília.



DIREITO.UnB

Gostaria de submeter seu trabalho a **Revista Direito.UnB?**

Visite <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb>

e saiba mais sobre as nossas Diretrizes para Autores.